

A POLARIDADE MUNDIAL E A VISÃO DO BRASIL*

Marcelo Bezerra

Doutorando em Ciência Política (mbezerra@mail.ru)
Instituto da América Latina da Academia de Ciências da Rússia
115035, Moscovo, rua B. Ordynka, 21/16
Recebido 7 de março de 2016

Resumo: *Este artigo analisa a definição conceitual acerca da polaridade da nova ordem mundial forjada a partir do fim da guerra fria e a posição do Brasil diante da conceitualização da atual polaridade mundial caracterizada pela multipolaridade. Como a polaridade mundial constitui-se numa questão central da distribuição mundial do poder, o advento de uma ordem multipolar representa uma nova referência para análise das relações internacionais e da posição dos Estados na balança de poder do sistema internacional. Neste sentido, a multipolaridade atende aos interesses do Brasil como ator global, o que faz do reconhecimento da multipolaridade sem hegemonias não apenas uma constatação empírica mas também uma opção política normativa. O Brasil – através da sua diplomacia e política de defesa – define oficialmente a nova ordem mundial como multipolar, defende os benefícios da multipolaridade para a boa governança global e atua na arena mundial como um dos polos da ordem multipolar.*

Palavras-chave: *Brasil, polaridade mundial, nova ordem mundial, multipolaridade, política brasileira de defesa.*

WORLD POLARITY AND BRAZIL'S APPROACH

Marcelo Bezerra

Postgraduate in Political Science (mbezerra@mail.ru)
Instituto of Latin American Studies (Russia)
Received on March 7, 2016

Abstract: *This article discusses the conceptual definition of the polarity of the new world order formed since the end of the Cold War and Brazil's approach to new world polarity characterized by multipolarity. As polarity is*

* Este artículo se publica en el idioma portugués – versión original, presentada por el autor.

a pivotal issue for the international distribution of power, the advent of a multipolar world means a new framework for the analysis of international relations and the position of the states in the balance of power of the international system. In this sense, multipolarity serves the interests of Brazil as a global actor, which makes recognition of multipolarity without hegemonies not just an empirical observation but also a normative policy option. Brazil – through its diplomacy and national defense policy – has officially defined the new world order as multipolar, recognizes the advantages of multipolarity for good global governance, and acts in the global arena as one of the poles of the new multipolar world order.

Keywords: *Brazil, world polarity, new world order, multipolarity, brazilian national defense policy.*

МИРОВАЯ ПОЛЯРНОСТЬ И ТОЧКА ЗРЕНИЯ БРАЗИЛИИ

Марселу Безерра

Аспирант (политология) (mbezerra@mail.ru)

Институт Латинской Америки РАН

115035, Москва, Б. Ордынка, 21/16

Статья получена 7 марта 2016 г.

Аннотация: *В статье анализируется концептуальное определение о полярности нового мирового порядка, сформированного после окончания “холодной войны”, и позиция Бразилии по концептуализации нынешней глобальной полярности, характеризующейся как многополярность. По мере того, как глобальная полярность является центральным вопросом мирового распределения власти, появление многополярного порядка представляет собой новую точку отсчета для анализа международных отношений и позиции государств в международной системе баланса сил. В этом смысле, многополярность служит интересам Бразилии в качестве глобального игрока, который признает многополярность без гегемоний не только исходя из эмпирического наблюдения, но и рассматривая её как политическую норму. Бразилия – посредством её дипломатии и оборонной политики – официально признает новый миропорядок, как многополярный, защищает преимущества многополярности для справедливого глобального управления и действует на мировой арене в качестве одного из полюсов многополярного порядка.*

Ключевые слова: Бразилия, мировая полярность, новый мировой порядок, многополярность, бразильская оборонная политика.

O fim do sistema mundial bipolar com a desintegração da URSS, em 1991, abriu um período de pelo menos uma década de incertezas na área acadêmica quanto à natureza da *polaridade mundial* desde o pós-guerra fria, ou seja, a definição sobre a distribuição do poder mundial entre Estados – sobretudo entre as grandes potências – dentro do sistema internacional. Trata-se aqui de uma questão-chave dos estudos das relações internacionais porque a identificação do tipo de polaridade constitui-se numa das principais referências para compreensão da ordem mundial, já que a distribuição do poder mundial é o elemento primeiro para análise da governança mundial. Na opinião de Robert Gilpin, “na sociedade internacional a distribuição de poder entre coalizões (ou Estados) determina quem governa o sistema internacional e para quem são, principalmente, promovidos os interesses através do funcionamento do sistema” [1, p.129]. Se muitos autores das mais diversas teorias de relações internacionais viram nos anos 1990 a formação de uma *unipolaridade* sob a supremacia dos Estados Unidos [2, p.18; 3, p.188; 4, p.6], alguns chegando até a ver um sistema “unequivocadamente unipolar” e a defender os benefícios da unipolaridade para o estabelecimento de uma ordem mundial “estável, duradoura e pacífica” [5, p.7], a hipótese sobre a unipolaridade não resistiu à entrada em cena do século XXI. Como por definição entende-se como unipolar a ordem mundial formada por um único polo central de poder mundial, no qual assenta-se uma única grande potência [6, p.73; 7, p.68], então há indícios para que a atual ordem mundial não seja considerada como unipolar. Apesar da preponderância dos

Estados Unidos como potência política, econômica, tecnológica e cultural e de sua enorme projeção militar mundial apontada pelos estudos de Barry Posen acerca da “hegemonia americana” e seu “controle dos comandos” [4, p.6] , a redistribuição do poder mundial nas últimas décadas revela a configuração de uma ordem mundial *multipolar* formada em primeiro plano pelas grandes potências que são os Estados Unidos, China e Rússia [8, p.58] à qual acrescenta-se o papel exercido por novos polos regionais de poder [8, p. 57; 2, p. 97-153 ; 9, p.30]. Apesar das divergências ainda persistentes , ganha vulto a interpretação de que o mundo no avançar do século XXI tornou-se multipolar. Na opinião de Karen Brutents, “no nosso mundo de hoje a restante hegemonia em vias de desaparecimento avizinha-se do surgimento do policentrismo. Se este fato continuar a desenvolver-se no contexto da atual tendência multipolar, então entraremos numa nova época da vida internacional, sem hegemonias e sem *hegemon*” [2, p. 98]. Como multipolaridade, segundo formulação de Aleksei Bogaturoff, entende-se “a estrutura mundial caracterizada pela existência de alguns polos centrais, que confrontam-se entre si com base em seus potenciais correspondentes” [6, p. 73]; na definição de Samuel Huntington, entende-se como multipolar a ordem mundial onde “vários principais Estados de comparável força cooperam e competem entre eles em padrões inconstantes e na qual uma coalizão de principais Estados é necessária para resolver questões internacionais importantes” [10, p.8].

Além da dificuldade de definição quanto à polaridade atual, o debate sobre a existência de um sistema multipolar traz implícita outra questão: a de quais polos respondem pela nova multipolaridade – o que tampouco constitui-se num objeto de consenso e, por isso mesmo, comprova as dificuldades ainda

presentes na área acadêmica quanto à definição da atual ordem mundial. Mesmo porque a definição da polaridade, qualquer que seja, requer uma definição sobre o complexo conceito de *potência*, apontado pelos estudos de Hans Morgenthau [11, p.122-162] e Raymond Aron [12, p.58] nos respectivos clássicos “*Politics among nations*” e “*Guerre et paix entre les nations*”. Neste sentido, os partidários da visão de uma ordem multipolar se entendem que pelo menos três países posicionam-se como polos mundiais: Estados Unidos, Rússia e China. Outros consideram também o despontar de novos polos com perspectivas de projeção mundial. Na avaliação de Evgueni Bajanoff, “além dos EUA, China e Rússia surgiram outros pretendentes ao papel de polos independentes na política mundial: Índia, União Européia, e numa perspectiva mais distante Japão, Brasil, Irã, Turquia” [8, p.57]. Esta visão é compartilhada por Vladímir Annenkov: “O termo mundo multipolar é geralmente empregado na área acadêmica para sinalizar o vetor (perspectivas) de evolução do sistema internacional a partir do atual momento caracterizado pelo enfraquecimento do poder dos EUA em comparação com o crescimento conjunto do potencial da China, Rússia, Índia e, não excluindo-se, alguns outros membros da sociedade internacional, como a União Européia, o Japão e o Brasil” [13, p. 19]. Uma interpretação inovadora e mais exata da atual polaridade mundial é proposta por Samuel Huntington através do conceito de “*uni-multipolaridade*”, ou seja, a ordem mundial seria formada por uma única *superpotência* (os Estados Unidos) mas também por várias grandes potências, o que portanto não confere à ordem mundial um caráter unipolar e nem simplesmente multipolar: “Há atualmente apenas uma superpotência. Mas isso não significa que o mundo seja

unipolar. Um sistema unipolar teria uma superpotência, nenhuma grande potência significativa, e várias potências menores. Como resultado, a superpotência poderia eficazmente resolver importantes questões internacionais sozinha, e nenhuma aliança formada por outros Estados teria o poder de impedi-la” [14, p.1]. Já a “uni-multipolaridade”, segundo Huntington, caracteriza-se por dois aspectos com relação às principais questões internacionais: “Primeiro, a superpotência única possui com frequência capacidade de vetar ações de outras principais potências; segundo, a superpotência única só pode resolver questões-chave internacionais em cooperação com alguns dos demais principais Estados” [10, p.8]. Seja como for, a formulação conceitual de Huntington não desfaz a percepção sobre uma nova redistribuição de poder multipolar da ordem mundial atual, visível na sua própria definição acerca da estrutura da polaridade global “uni-multipolar”, dividida em quatro níveis: “No topo, os Estados Unidos possuem a preeminência em todos os domínios do poder. No segundo nível estão as principais potências regionais, que constituem em atores dominantes em importantes áreas do mundo mas cujos interesses e capacidades não se estendem globalmente como os dos EUA. Dentre elas inclui-se a União Européia, Rússia, China, Índia, Irã, Brasil e outras. Estes países obviamente distinguem-se consideravelmente em importância, atividade e grau de domínio” [10, p.8]. Para Huntington, no terceiro nível estão as potências regionais secundárias, cuja influência é menor do que aquela das principais potências regionais, e no quarto nível os demais países, que não exercem papéis na estrutura global comparáveis ao dos países dos três principais níveis.

Mas se o fim da URSS deu origem a uma polaridade mundial *unipolar* nos anos 1990 – como defendido por muitos

autores – então a curta duração da unipolaridade pós-guerra fria confirma a tese defendida pelo neorrealismo de Kenneth Waltz acerca da curta durabilidade da unipolaridade em razão da busca pelo *equilíbrio de poder* por parte de outros polos (que tentam contrabalançar a potência dominadora) e dos desgastes provocados pela exposição da superpotência (que sofre com o excesso de concentração e extensão de seu próprio poder) [15, p. 27]. Não sem razão Kenneth Waltz apontou na virada do século uma tendência à configuração de um novo mundo multipolar, que viria a ser confirmada nas décadas seguintes: “A multipolaridade está se desenvolvendo diante dos nossos olhos” [15, p. 37]. Esta mesma tendência foi apontada por Christopher Layne na sua análise de 1993, feita sob o prisma da teoria neorrealista, acerca da unipolaridade e emergência de grandes potências: “O momento unipolar é apenas o de um interlúdio geopolítico que dará lugar à multipolaridade entre os anos 2000 e 2010. Parto de uma premissa bastante simples: Estados balanceiam contra *hegemons*” [16, p. 132]. Tomando como referência a definição de Aleksei Bogaturoff sobre a existência de “polos-centrais” da multipolaridade, consideramos que três dados importantes são indicadores do estabelecimento de uma ordem multipolar no século XXI: 1) a ascensão da China como potência econômica mundial e sua projeção política em nível global (inclusive no campo da fabricação e exportação de equipamentos de defesa), tendência já identificada por Raymond Aron nos anos 1960 e por Hans Morgenthau nos anos 1980 como fator de possível quebra da bipolaridade, 2) o reerguimento da Rússia a partir do fortalecimento do seu poderio militar, da defesa ao longo de seu entorno geoestratégico e da sua presença no Oriente Médio, além de uma maior projeção através da atuação em instituições e fóruns

suprarregionais e internacionais, 3) a atuação de outras potências (Japão) e novas potências regionais como atores globais (Índia, Irã, Brasil, Turquia etc) e seu impacto para a polaridade mundial. Estes dados – ao lado da permanência dos Estados Unidos como potência preponderante – revelam uma importante redistribuição, ainda em curso, do poder mundial. Considerando-se as implicações da polaridade sobre o equilíbrio de poder do sistema internacional e o seu impacto sobre as políticas de defesa, tem-se então o indicativo de que as novas distribuições do poder mundial conduzem a uma significativa transformação global chamada por Karen Brutents de “grande revolução geopolítica”: “Os atuais deslocamentos, os quais frequentemente não sem fundamento são denominados tectônicos, constituem-se em componentes de uma grande revolução geopolítica e econômica. Sua locomotiva são os países emergentes. Esta revolução altera radicalmente a posição destes países, retirando-os do proscênio da vida internacional, transformando as correlações e as reciprocidades entre diversas parcelas da humanidade e abrindo caminho para a associação entre elas” [2, p.10]. Assim, a natureza da nova balança mundial de poder corresponderá à capacidade militar das novas potências, pois como observado por Kenneth Waltz “as mudanças na polaridade também afetam a maneira como os Estados cuidam de sua própria segurança” [15, p. 5]. No andar da carruagem, a China e a Índia se consolidarão como potências mundiais nas próximas décadas.

Nos últimos anos, alguns fatos políticos não deixaram dúvidas quanto ao caráter multipolar da nova ordem. Dentre eles, destacamos a ascensão da China ao posto de segunda economia mundial e sua significativa junção a países de todos os continentes, a sua reafirmação enquanto potência no contexto

regional asiático notadamente quanto á sua soberania sobre as águas do Mar da China Meridional, e a rápida expansão das suas Forças Armadas através de investimentos massivos em tecnologias e produção de armamentos. Com relação à Rússia, destacamos as suas reações políticas e militares contra a expansão da OTAN (oficializada através da *securitização* da OTAN pela “Doutrina russa de defesa” e pelo fortalecimento da defesa no entorno geoestratégico), a incorporação da Criméia à Federação Russa, em 2014 (a despeito da oposição e posteriores sanções dos Estados Unidos e da União Européia), e o incremento das ações políticas e militares no Oriente Médio, a partir do ano 2013, no combate militar contra a organização internacional terrorista Daesh acompanhada de uma aliança com o Estado sírio (apesar das críticas dos Estados Unidos e União Européia). Além da China e Rússia, as novas redistribuições do poder mundial contam com outros fatos como a perspectiva de crescimento econômico da Índia e sua consolidação como grande potência militar graças aos notáveis investimentos em tecnologias levados à cabo com sucesso pelo Estado indiano.

Neste mundo multipolar, as disputas de potências e as preocupações com a defesa, inerentes ao anarquismo global, continuam a reger as relações internacionais, como observa Samuel Huntington ao afirmar que “no mundo multipolar do século XXI, as principais potências inevitavelmente competirão, entrarão em conflito e se coligarão entre elas em várias permutações e combinações” [14, p. 50]. Embora os Estados Unidos detenham um poder preponderante em escala mundial, em razão de seu poderio militar e econômico (a “hegemonia” de Barry Posen ou a “uni-multipolaridade” de Samuel Huntington), este poder não parece suficiente para garantir aos Estados Unidos a posição de potência “hegemônica” nem uma projeção

mundial dissociada da projeção de poder de outras potências [17, p. 40]. Neste sentido, vem à tona a questão da relação entre poder militar e a capacidade de exercer a potência militar – problemática inerente aos estudos de estratégia, analisada por Raymond Aron. Nesta linha de raciocínio, Zbigniew Brzezinski pondera (embora vendo nos EUA um “*hegemon*”) que “hegemonia não deve ser confundida com onipotência” [18]. Em todo caso, como observa Karen Brutents, a grande revolução geopolítica e seu impacto sobre a potência “hegemônica” dá-se em dois planos: “o gradual desaparecimento da hegemonia constitui-se num resultado do desenvolvimento e reciprocidade de dois processos: redução do poder dos Estados Unidos e, por outro lado, aumento do peso econômico e político dos países emergentes” [2, p. 15].

O Brasil e a multipolaridade mundial

As incertezas quanto ao futuro da polaridade mundial fazem-se presentes na política brasileira de defesa, centrada sobre projetos de fortalecimento da capacidade dissuasiva do país através do desenvolvimento da autonomia tecnológica. Possivelmente pelas dificuldades de interpretação das mudanças ocorridas na ordem mundial nos anos 1990, o Brasil não definiu com rapidez a polaridade da ordem oriunda da bipolaridade da guerra fria. É neste sentido que Celso Lafer, ao se referir às redistribuições de poder do pós-guerra fria, faz referência às “polaridades indefinidas” [19, p. 262], o que representa uma interpretação no mínimo mais prudente do que a definição prematura e largamente empregada pela academia de que a bipolaridade teria dado lugar à uma ordem mundial unipolar. Ao contrário das reticências da diplomacia brasileira, a Rússia e a

China fazem menção a uma ordem multipolar já em meados dos anos 90, apesar das ações unilaterais da OTAN contra a Iugoslávia. Aleksei Bogaturoff lembra que em 1997 a Rússia e a China assinaram uma declaração conjunta sobre o mundo multipolar e formação de uma nova ordem mundial – documento que “causou grande influência na terminologia oficial da diplomacia russa em final dos anos 90” [6, p. 72]. De acordo com a declaração, “ambos lados, no espírito das relações de parceria, propõem o incremento das forças com vistas à contribuir em pró do desenvolvimento do mundo multipolar e estabelecimento de uma nova ordem mundial” [20]. Nos documentos brasileiros Política Nacional de Defesa (PND), de 2005 e 2012, Estratégia Nacional de Defesa (END), de 2008 [21], e Doutrina Militar de Defesa (DMD), de 2007 [22], não há nenhuma menção à multipolaridade da ordem mundial. Uma curta referência ao fim da bipolaridade e à uma nova ordem dela resultante é feita pela PND de 2005 (e repetida pela PND de 2012): “O mundo vive desafios mais complexos do que os enfrentados durante o período de confrontação ideológica bipolar. O fim da guerra fria reduziu o grau de previsibilidade das relações internacionais vigentes desde a Segunda Guerra Mundial” [21, p. 17]. Somente mais tarde, com a publicação do primeiro Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), em 2012, a política brasileira de defesa finalmente faz referência à polaridade mundial definindo-a como *multipolar* ao apontá-la como “a estrutura de poder que provavelmente caracterizará o ambiente estratégico nas próximas décadas” [22, p. 30]. O LBDN define a unipolaridade como a “preponderância de um ator hegemônico sobre o sistema internacional” e embora não descarte a unipolaridade, considera “pouco provável que, diante da crise estrutural no mundo desenvolvido e da crescente

presença de novos atores, alguma potência seja capaz de administrar isoladamente fenômenos de implicações globais” [22, p. 30]. Diz o Livro Branco que “o sistema internacional contemporâneo, marcado pelo esgotamento da ordem que caracterizou o imediato pós-guerra fria, tem-se distinguido pelo acelerado processo de reestruturação das relações de poder entre os Estados. O advento de uma ordem multipolar, caracterizada pela coexistência de potências tradicionais e potências emergentes traz consigo novas oportunidades e novos desafios às nações no plano da defesa” [22, p. 26]. E ainda: “a estrutura multipolar expressa a coexistência de diversos polos de poder interagindo no sistema internacional, cada qual influenciando a ação do outro. O equilíbrio de poder dificulta a influência preponderante por parte de forças com pretensões hegemônicas” [22, p. 30]. Interessante observar nesta citação que o LBDN vai mais além da mera menção à multipolaridade ao esboçar uma definição da ordem multipolar, então “caracterizada pela *coexistência de potências tradicionais e potências emergentes*”. Diz ainda o Livro Branco que “a estrutura multipolar expressa a coexistência de diversos polos de poder interagindo no sistema internacional, cada qual influenciando a ação do outro. O equilíbrio de poder dificulta a influência preponderante por parte de forças com pretensões hegemônicas” [22, p. 31]. Também neste trecho observa-se a referência brasileira contrária à “influência preponderante por parte de forças com pretensões hegemônicas”, numa clara referência indireta aos Estados Unidos.

Além destas menções, a atuação do Brasil na arena mundial reforça a mesma compreensão do Estado brasileiro acerca da multipolaridade. Em 2012, o então ministro brasileiro da Defesa, Celso Amorim, afirmou haver poucas dúvidas sobre a

redistribuição do poder mundial: “costuma-se dar a esse processo, de alcance ainda desconhecido, o nome de multipolaridade, por oposição não só à ordem bipolar vigente na guerra fria, mas também à ilusão de que, após o fim desta, a dinâmica das relações internacionais seria pautada exclusivamente pelos interesses da única superpotência remanescente” [25, p. 337]. Importante também notar a visão de que a multipolaridade atende aos interesses do Brasil como ator global, o que faz do reconhecimento da multipolaridade sem hegemônias não apenas uma constatação empírica mas também uma opção política normativa. Neste sentido, Celso Amorim afirma que o fortalecimento da multipolaridade reduz, em tese, “as vulnerabilidades e aumenta as margens de liberdade para a ação externa do Brasil” – ponto de vista implícito nos interessantes estudos de Barry Buzan e Ole Waever sobre a segurança regional: “Sem a rivalidade entre grandes potências intrometendo-se obsessivamente em todas as regiões, as potências locais possuem mais espaço de manobra” [26, p. 3]. A multipolaridade – da qual o Brasil constitui um dos seus pólos regionais – favorece a histórica disposição do Brasil em atuar na arena mundial, um perfil que remonta aos tempos do Império e aos primeiros anos da República consagrado nas atuações diplomáticas do Barão do Rio Branco e de Ruy Barbosa. Afinal até mesmo entre os limites dos muros da bipolaridade o Brasil soube encontrar brechas para uma atuação independente tanto no contexto de suas relações regionais quanto globais.

Antecedentes históricos e desafios à bipolaridade

Notemos que a polaridade da ordem mundial não constituiu-se numa estrutura rígida do sistema mundial em nenhum período da história porque é sujeita à mutações inerentes ao funcionamento do sistema internacional. As relações entre potências podem provocar mudanças na polaridade mundial, forjando uma ordem mundial unipolar, bipolar ou multipolar, ou apenas permitir nuances na natureza de qualquer que seja a polaridade em vigor. Numa perspectiva histórica, embora a bipolaridade tenha delineado o pós-guerra até a extinção da União Soviética não se pode atribuir ao sistema bipolar um caráter absolutamente rígido. Mesmo sob a dicotomia OTAN-Pacto de Varsóvia, o sistema internacional permitiu a coexistência de outros polos de poder que exerceram um papel independente como atores principalmente em nível regional. A propósito, Eiito Sato salienta que a análise do sistema internacional a partir dos anos 1970 deve levar em consideração as mudanças econômicas, tecnológicas e sociais que influenciaram a política exterior dos países: “Muitos eventos de destaque no cenário internacional passaram a ter cada vez menos relação direta com a disputa bipolarizada, típica da guerra fria” [27, p. 139]. Essas nuances da bipolaridade são relevantes para uma compreensão menos “bipolarista” dos tempos da guerra fria, pois constituíram num prenúncio de uma nova era, observada por Raymond Aron de maneira visionária já no prefácio de 1966 de sua monumental obra *Paix et Guerre entre les nations*: “A *détente* entre a União Soviética e os Estados Unidos, o conflito sino-soviético, os esforços da França e da China em se dotar de forças atômicas nacionais, a diplomacia gaullista independente dos Estados Unidos na Europa, contrária

à ação americana na Ásia do Sul, marcam o fim do sistema bipolar e o começo de uma nova fase das relações internacionais?” [14, p. 120].

O Brasil, a despeito das querelas ideológicas da guerra fria, da sua aliança com os Estados Unidos e das tentativas estadunidenses de influir na política externa brasileira, manteve uma relativa independência de sua política exterior no período bipolar, desde o nacionalismo de Getúlio Vargas e suas relações fraternas com a Argentina de Juan Domingos Perón [28, p. 209] passando pela “Nova Política Exterior” de Jânio Quadros e João Goulart (1960-64) e suas relações com Cuba revolucionária até o “pragmatismo responsável” do governo de Ernesto Geisel (1974-79) e sua abertura para o mundo. De fato, mesmo no Brasil dos militares, a bipolaridade tampoco foi sempre uma camisa de força, sobretudo no governo Geisel [29, p. 14], positivamente marcado no âmbito da diplomacia e defesa pela assinatura do Acordo de Cooperação Nuclear com a Alemanha, em 1975 (apesar das fortes pressões contrárias dos Estados Unidos) [30, p. 123], pela denúncia do Acordo de Assistência Militar assinado com os Estados Unidos em 1952, pelo reconhecimento da independência de Angola sob a liderança marxista-leninista do Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA) de Agostinho Neto em 1975 (e dos demais países lusófonos), e pelo restabelecimento das relações diplomáticas com a China de Mao Tsé-Tung em 1974 – fatos que colocariam Ernesto Geisel no patamar dos presidentes mais visionários da história do Brasil. Dando continuidade ao perfil de sua política externa, o Brasil do pós-guerra fria tem se posicionado internacionalmente de maneira independente, sobretudo a partir do governo Lula da Silva (excepcionalmente marcado pela projeção regional e mundial do Brasil), numa

ordem mundial que ao longo das duas últimas décadas consolidou-se pela existência de uma pluralidade de polos "caracterizada pela coexistência de potências tradicionais e potências emergentes" [24, p.26].

Bibliografia References Библиграфия

1. Gilpin, Robert. *War and Change in World Politics*. New York: Cambridge University. 1981. – 272 p.
2. Брутенц К.Н. Великая геополитическая революция. Москва: Международные отношения. 2014. [Brutents, K.N. *Velikaya geopoliticheskaya revoliutsia*. [Grande revolução geopolítica. Moscovo, Mezhdunarodnye otnoshenia. 2014] – 682 p.
3. Jervis, Robert. "Unipolarity: a structural perspective". *World Politics*. Cambridge University Press. Vol. 61, № 1, 2009.
4. Posen, Barry. "Command of the commons". *International Security*. Harvard University Press. Vol. 28. № 1, 2003.
5. Wohlforth, William. "The stability of a unipolar world". *International Security*. Vol. 24, № 1, 1999.
6. Богатуров А. Д. "Современный международный порядок" в книге *Современные международные отношения и мировая политика*. Под ред. Торкунов, А.В., Москва: Просвещение, 2005. – 990 p. [Bogaturov A.D. "Sovremennyi mezhdunarodnyi poriadok" v knige *Sovremenyie otnoshenia i mirovaya politika*. ["A ordem mundial contemporânea" no livro *Relações internacionais contemporâneas e a política mundial*. Ed. Torkunov A.V. Moscou: Prosveshenie, 2005. – 990 p.].
7. Macleod, Alex. "Le néoréalisme". *Théories des Relations Internationales*. Contestations et resistances. Sous dir. Alex Macleod, Dan O'Meara. Montréal: Athéna, 2007. – 514 p.
8. Бажанов Е. П., Бажанова Н.Е. *Международные отношения в XXI веке*. Москва. *Восток-Запад*, 2011.- 166 p. [Bazhanov E.P. Bazhanova N. E. *Mezhdunarodnye otnosheniya v XXI veke*. [Relaciones internacionales en el siglo XXI. Moscú. *Vostok-Zapad*. 2011. – 166 p.].
9. Fonseca, Gelson. *Accountability and Security in a Multipolar World: Notes on the effect of multipolarity in multilateral mechanisms / Brazil Emerging in the Global Security Order*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2013. – 191 p.

10. Huntington, Samuel. "America in the world". *The Hedgehog Review*, Spring 2003. Disponível em: <http://www.iasc-culture.org/THR/archives/America/5.1CHuntington.pdf>
11. Morgenthau, Hans. *Politics Among Nations. The struggle for power and peace*. New York: McGraw-Hill/ Irwin, (1948) 2006, pp. 122-162.
12. Aron, Raymond. *Paix et Guerre entre les Nations*. Paris: Calmann-Lévy, 1962 (2008). – 703 p.
13. Анненков В.И. военная сила в международных отношениях. Москва: *Кнорус*, 2011 – 493 p. [Annenkov V. I. *Voennaya cila v mezhdunarodnykh otnosheniakh*. [Força militar nas relações internacionais. Moscou. Кнорус, 2011. – 493 p.].
14. Huntington, Samuel. "The lonely superpower". *Foreign Affairs*, 1999. // Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/1999-03-01/lonely-superpower> (Consultado em: 01.02.2016).
15. Waltz, Kenneth. "Structural realism after the Cold War". *International Security*. 2000, Vol. 25, № 1.
16. Layne, Christopher. "The unipolar ilusion. Why new great power will arise". *The perils of anarchy*. Ed. M. Brown, S. Lynn-Jones, S. Miller. Cambridge: The MIT Press, (1993) 1995. – 519 p.
17. Mearsheimer, John. *The Tragedy of Great Power Politics*. New York: Norton & Company, 20013 (2001). – 554 p.
18. Brzezinski, Zbigniew. *The Choice: global domination or global leadership*. New York: Basic Books, 2005, pp.1-242.
19. Lafer, Celso. "Brasil: dilemas e desafios da política externa". *Estudos Avançados* № 14, São Paulo, 2000. pp. 260-267; Богатуров А.Д. *Op.cit.*, p. 72 [Bogaturov. *Op.cit.*, p. 72].
20. Российско-китайская совместная декларация о многополярном мире и формировании нового международного порядка. *Законы России*. М., 1997 [Rossiysko-kitaiskaya sovmeštjnaya deklaratsia o mnogopoliarnom mire i formirovanii novogo mezhdunarodnogo poriadka. [Declaração conjunta russo-chinesa sobre o mundo multipolar e formação da nova ordem mundial]. *Leyes de Rusia*. // Disponível em: <http://lawrussia.ru/index.htm> (Consultado em: 01.02. 2016).
21. PND – Política Nacional de Defesa, 2005 / 2012. // Disponível em: <http://www.defesa.gov.br>
22. LBDN – Livro Branco da Defesa Nacional, 2012. // Disponível em: <http://www.defesa.gov.br>
23. END – Estratégia Nacional de Defesa, 2008. // Disponível em: <http://www.defesa.gov.br>

24. DMD – Doutrina Militar de Defesa, 2007. // Disponível em: <http://www.defesa.gov.br>
25. Amorim, Celso. “Defesa Nacional e Pensamento Estratégico Brasileiro”. *Revista Política Hoje*. Recife. Vol. 21, Nº 2, 2012.
26. Buzan, Buzan, Weaver, Ole. *Regions and Powers. The structure of international security*. Cambridge University Press, 2003. – 564 p.
27. Sato, Eiiti. “A agenda internacional depois da guerra fria: novos temas e novas percepções”. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, Nº 43, 2000.
28. Cervo, Amado Luiz. *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo, Saraiva, 2008.
29. Miyamoto, Shiguenoli; Mendonça, Filipe Almeida. “A política externa do governo Geisel (1974-1979)”. *Século XXI*. Porto Alegre. Vol. 2, Nº 2, 2001, pp.11-29.
30. Aguilar, Sérgio Luiz Cruz. *Segurança e Defesa no Cone Sul: da rivalidade da guerra fria à cooperação atual*. São Paulo. Porto de Idéias, 2010.